

HABEAS CORPUS Nº 465.504 - AL (2018/0213771-9)

RELATOR : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ
IMPETRANTE : EDMILSON SILVA
ADVOGADO : EDMILSON SILVA - AL015592
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS
PACIENTE : ADENILDO PEREIRA DA SILVA

DECISÃO

ADENILDO PEREIRA DA SILVA, paciente neste habeas corpus, alega sofrer coação ilegal em decorrência de acórdão proferido pelo **Tribunal de Justiça do Estado de Alagoas**, que não conheceu da Apelação Criminal n. 2011.002136-9.

Em confuso arrazoadado, a defesa aponta ilegalidade na exasperação da pena-base, bem como na manutenção do concurso material de crimes, em que pese a absolvição do corréu.

Não houve pedido liminar.

Prestadas as informações (fls. 32-45 e 54-57), veio parecer do Ministério Público Federal, que opinou pelo não conhecimento do *writ* (fls. 59-61).

Decido.

De plano, verifico que não há como se conhecer deste habeas corpus.

As teses de ilegalidade na dosimetria da pena e de manutenção do concurso material de crimes não foram analisadas pela instância antecedente, o que impede a apreciação dessa questão diretamente por esta Corte Superior, sob pena de, assim o fazendo, incidir na inadmissível **supressão de instância**.

Pela leitura do relatório do acórdão impugnado, percebe-se que além de as questões não haverem sido sequer suscitadas nas razões de apelação da defesa, o recurso não foi admitido ante a ausência de procuração do advogado nos autos.

Assim, uma vez que não houve um pronunciamento do

Tribunal de origem sobre as matérias aventadas neste habeas corpus, entendo, com absoluta tranquilidade, que não há como dele conhecer.

Nesse sentido, *mutatis mutandis*:

[...]

7. A matéria relativa à aplicação do art. 387, § 2º, do CPP não foi objeto de análise pelo Tribunal *a quo*, ficando, assim, impedida sua admissão, sob pena de indevida **supressão de instância**.

8. Habeas corpus não conhecido. Ordem concedida, de ofício, para reconhecer ilegalidade na terceira fase da dosimetria e reduzir as penas dos réus.

(HC n. 367.753/SP, Rel. Ministro **Rogério Schietti**, 6ª T., DJe 10/11/2016, destaquei).

À vista do exposto, com fundamento no art. 34, XX, do RISTJ, **não conheço do habeas corpus**.

Publique-se e intimem-se.

Brasília (DF), 12 de fevereiro de 2019.

Ministro **ROGERIO SCHIETTI CRUZ**